



RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Estudo de Impacte Patrimonial do Estaleiro Naval da Quinta do Progresso, Faro

Prospeções Arqueológicas

ERA Arqueologia, S.A. (2023)
Cliente: Nave Pegos, LDA

T + 351 214 209 750
F + 351 214 209 755

geral@era-arqueologia.pt
www.era-arqueologia.pt

Calçada de Santa Catarina, 9C
1495-705 Cruz Quebrada-Dafundo
Portugal

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 OBJECTIVOS	4
2. METODOLOGIA	5
2.1 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	5
2.2 PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA	5
3. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, GEOLÓGICO E HISTÓRICO	15
3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	15
3.2 ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO	16
3.3 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO – PESQUISA PRÉVIA	17
4. TRABALHOS DE PROSPECÇÃO	22
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INCIDÊNCIA DO PROJECTO	22
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VISIBILIDADE NA ÁREA DE INCIDÊNCIA DIRETA DO PROJETO	27
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SÍTIOS E OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E/OU PATRIMONIAIS	31
4.3.1 Moinho do Sobradinho (OP01)	32
4.3.1 Quinta do Progresso 1 (OP02)	34
4.3.1 Quinta do Progresso 2 (OP03)	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
6.1 BIBLIOGRAFIA	39
6.2 CARTOGRAFIA	39
6.3 WEBGRAFIA	39
7. FICHA TÉCNICA	40
ANEXO 1 – REGISTO GRÁFICO	41
ANEXO 2 – FICHAS DE SÍTIO	42
ANEXO 3 – OUTROS	43

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se aos trabalhos de prospeção arqueológica, no âmbito do descritor de Património a incluir no Estudo de Impacte Ambiental (EIA), realizados no âmbito do projeto de Ampliação e Requalificação de Estaleiro Naval, em Faro, incluindo parqueamento a nado (um plano de água artificial) e modernização das instalações da Quinta do Progresso, tendo como finalidade a caracterização rigorosa do património cultural histórico, arqueológico e etnográfico.

Atualmente, o Estaleiro Naval da Quinta do Progresso disponibiliza uma área de parqueamento a seco para apoio à náutica de recreio, com estadias de curta e/ou longa duração. O serviço inicia-se com as operações de alagem (içar o barco para terra) e transporte até ao seu ponto de parqueamento a seco, onde é devidamente acondicionada (amarrada e especada) para ser reparada para ser feito a manutenção; ou para ser posta em condições de hibernação (preparação para passar um período em terra, devidamente acondicionada com a manutenção feita).

A empresa Nave Pegos LDA é uma referência na sua atividade, havendo neste momento a necessidade de projetar o melhoramento constante dos serviços prestados, numa perspetiva de futuro e continuidade.

Esse plano estratégico, traçado desde o início aponta para uma melhoria constante dos serviços, a apresentação de um leque de serviços náuticos cada vez mais abrangentes, que são:

- A formação de marinhagem;
- A formação técnica de colaboradores e educandos externos (em técnicas ligadas ao mar e à náutica de recreio);
- A melhoria de serviços de parqueamento e manutenção naval deste tipo de embarcações;
- Serviços prestados às autoridades marítimas (recuperação de salvados, dragagens e serviços de parqueamento e manutenção de embarcações);
- Prestação de serviços específicos para as embarcações de vela de recreio oceânica, como a reparação e construção de velas, afinação e manutenção de aparelhos, afinações de mastro, e outros serviços especializados.

O parqueamento a nado (plano de água artificial) permitirá aumentar o leque de clientes e sobretudo dar mais flexibilidade aos clientes fidelizados. Os clientes passam a contar com maior facilidade em usufruir da sua embarcação parqueada por períodos mais curtos, uma vez que não terá que conciliar o tempo dedicado à logística de alar/arrear a embarcação, nem verificações de fluabilidade e/ou o bom funcionamento do aparelho velico e mecânico, pelo facto de a embarcação estar em prontidão, quando parqueada na água. A partir do momento em que se equaciona esta complementaridade de parqueamentos a nado (água artificial) e a seco, surgem naturalmente novos desafios a dar resposta. Para fazer face aos mesmos, e em paralelo com a criação do plano de água artificial com comporta, pretende-se criar novas infraestruturas de apoio, isto a partir da alteração funcional do extenso edificado existente: com a criação de uma gare com serviços ao cliente, secretariado, portaria; uma pequena unidade de alojamento local; loja náutica, cafeteria, etc. E melhorar as condições dos serviços existentes como a escola náutica; serviços

de reparação em fibra e madeira; melhores condições de trabalho geral; reparação e fabrico de velas, novas instalações de pessoal; espaço para workshops e formação (náutica); formação técnica, etc. O projeto é constituído por uma parte fluvial (água artificial) e uma parte terrestre.

A área de intervenção de prospeção arqueológica restringe-se somente à área do projeto, nomeadamente: área A01, a área da salina em abandono, que se encontra drenada e sem comunicação regular com a Ria Formosa, e que irá ser escavada a seco em fase de projeto para a instalação de um estacionamento a nado com água artificial; e a área A02, a atual zona industrial, que não irá sofrer trabalhos de escavação. Ainda que não faça parte do projeto, a área A03 também fora prospectada, por questões de margem de segurança. Trata-se do antigo espaço senhorial.

A área A01, onde irá ocorrer a escavação em fase de obra, trata-se de uma salina desativada, escavada no geológico (saibro) e de terreno seco, ficando apenas com manchas de água em períodos de chuva. A restante área do projeto, nomeadamente a A02, encontra-se atualmente industrializada, sendo que apenas anotámos as ocorrências patrimoniais já existentes e o respetivo estado de conservação.

A nova infraestrutura de estacionamento a nado, um plano de água artificial, que irá localizar-se na zona da atual salina, desenvolve-se numa parcela que confina com o domínio público marítimo, cuja delimitação já foi aferida e publicada, e, portanto, dentro do domínio privado. Trata-se de uma parcela drenada, sem comunicação com a Ria Formosa. Mais se informa que a totalidade do respetivo projeto circunscreve-se em domínio privado, não havendo qualquer afetação à Ria Formosa.

Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Nave Pegos LDA e decorreram no dia 9 de janeiro de 2023.

Nesta fase prévia aos trabalhos de ampliação e requalificação do estaleiro naval foi prospectada a totalidade da área de incidência do projecto, nomeadamente 6,6205 hectares.

O plano de trabalhos apresentado para este EIP dividiu-se em três fases. Uma primeira, destinada à pesquisa prévia, consistiu na compilação, inventariação e georreferenciação dos dados já conhecidos para a área em questão. A segunda fase deste estudo centrou-se na prospeção arqueológica que centrou-se no batimento do terreno com especial incidência nas zonas de maior potencial patrimonial com base nos elementos recolhidos. A última fase traduz-se na elaboração deste documento, de acordo com o disposto nos artigos 14º, 15º e 16º do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos presente no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

1.1 OBJECTIVOS

O presente trabalho visa a assegurar uma correta gestão do projecto, nomeadamente em termos dos impactes que pode ter no património arqueológico e edificado presente na área de trabalho.

Tem assim presente os seguintes objetivos:

- a partir da sua implementação será possível garantir o total cumprimento das obrigações legais relativamente à inventariação e proteção do património inserido em áreas a afetar pelo projeto;
- estão asseguradas todas as condições necessárias à consistente salvaguarda do investimento na implementação do projeto, no estrito respeito pelo património cultural inserido na área do projeto.

2. METODOLOGIA

2.1 SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Em fase prévia às prospeções a realizar no terreno procedeu-se à compilação e inventariação dos dados existentes para a área em estudo, através da recolha da bibliografia geral e específica, bem como da consulta das bases de dados informáticas disponibilizadas pela Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) e Direcção Regional da Cultura do Algarve (DRCAlgarve) e outras disponíveis para a área do Património. Os elementos inventariados nesta fase foram referenciados na cartografia existente, nomeadamente as Cartas Militares de Portugal, à escala 1:25 000 e em cartografia mais específica do projecto, fornecida pela entidade contratante. Destacam-se os seguintes elementos considerados no âmbito da pesquisa prévia realizada:

1. Plano Diretor Municipal de Faro;
2. Base de Dados do Endovélico da Direcção Geral do Património Cultural;
3. Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Trabalhos Arqueológicos.

Paralelamente, foi realizada uma sistematização de dados relativos à paisagem das áreas de trabalho, incluindo geologia, topografia, toponímia e análise de fotografia aérea, sempre numa perspectiva de, a partir de modelos de ocupação territorial relativos a diferentes períodos histórico-culturais, antecipar eventuais ocorrências a confirmar no terreno.

2.2 PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Nesta fase procede-se, nos territórios abrangidos pelos projectos do cliente, a uma prospecção direccionada para a realocação dos sítios previamente inventariados; paralelamente, e numa perspectiva de prospecção sistemática, são percorridas todas as áreas de trabalho de forma a assegurar o seu consistente varrimento, passível de uma exaustiva recolha de dados.

Quando localizado um sítio nas áreas de trabalho procedeu-se à sua delimitação, ao seu registo fotográfico, à sua georreferenciação com um aparelho tipo *Global Position System* (sistema de coordenadas ETRS89) e ao preenchimento de uma ficha descritiva de sítio. Todos os sítios identificados são numerados sequencialmente e delimitados fisicamente no campo de modo que, durante o decorrer dos trabalhos agrícolas, estejam visíveis e protegidos.

Por princípio, durante os trabalhos de campo e com vista a não descontextualizar dados significativos em termos de enquadramento espacial, não foram recolhidos materiais.

Sempre que possível, a equipa estabeleceu contactos com a população ou trabalhadores locais com vista à recolha de informações orais.

O registo fotográfico foi realizado em suporte digital, documentando todos os sítios registados durante as prospeções. Procedeu-se ainda ao registo fotográfico das várias áreas da propriedade ao longo da prospecção, com vista a documentar diferentes situações de visibilidade da superfície do terreno.

Naturalmente, apenas se realizaram prospeções onde foi possível progredir em meio terrestre, sendo definidos e classificados em cartografia os diferentes níveis de visibilidade do terreno.

O registo de ocorrências patrimoniais seguiu os critérios enunciados:

Identificação

Nº de inventário – Número sequencial que identifica o sítio arqueológico ou de interesse etnográfico (a sequência numérica é aleatória e contínua).

Nome – Nome atribuído ao sítio arqueológico encontrado.

Topónimo – Topónimo local onde o sítio se localiza.

Localização

Localização administrativa – Freguesia, Concelho e Distrito onde se localiza o sítio identificado.

Localização geográfica – Todos os sítios foram localizados cartograficamente, indicando-se sempre a Carta Militar de Portugal correspondente.

P – Paralelo

M – Meridiano

N – Altitude em metros

Proprietário – Sempre que seja possível conhecer o proprietário, regista-se esta informação neste campo.

Descrição

Tipo de sítio (adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia) – Abrigo, Achado Isolado, Alcaria, Alinhamento, Anfiteatro, Aqueduto, Arte Rupestre, Arranjo de Nascente, Atalaia, Azenha, Balneário, Barragem, Basílica, Calçada, Canalização, Capela, Casal Rústico, Castelo, Cais, Cemitério, Cetária, Chafurdo, Cidade, Circo, Cista, Cisterna, Complexo Industrial, Concheiro, Convento, Criptopórtico, Cromeleque, Curral, Depósito, Edifício com interesse histórico, Eira, Ermida, Escultura, Estrutura com interesse histórico, Fonte, Forja, Forno, Fortificação, Fórum, Fossa, Gruta, Hipocausto, Hipódromo, Igreja, Indeterminado, Inscricção, Lagar, Laje Sepulcral, Malaposta, Mancha de Ocupação, Marco, Menir, Mesquita, Miliário, Mina, Moinho de Maré, Moinho de Vento, Monumento Megalítico Funerário, Mosaico, Muralha, Muro, Nicho, Nora, Oficina, Olaria, Palácio, Paço, Pedreira, Pelourinho, Poço, Pombal, Ponte, Povoado, Povoado Fortificado, Recinto, Represa, Salina, Santuário, Sarcófago, Sepultura, Silo, Sinagoga, Talude, Tanque, Teatro, Templo, Termas, Tesouro, Torre, Tulhas, Via, Viaduto, Moinho de Água, Monte, Laje com Covinhas, Pias, *Villa*, Açude e Dique, Espigueiro, Quinta, Alminha, Cruzeiro.

Cronologia (adaptado da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia) - Paleolítico Inferior, Paleolítico Médio, Paleolítico Superior, Epipaleolítico/Mesolítico, Neolítico, Neolítico Antigo, Neolítico Médio, Neolítico Final, Calcolítico, Calcolítico Final, Bronze Pleno, Bronze Final, Idade do Ferro, 1ª Idade do Ferro, 2ª Idade do Ferro, Romano, Romano Republicano, Romano Império, Romano Alto Império, Romano Baixo Império, Idade Média, Alta Idade Média, Baixa Idade Média, Islâmico, Moderno, Contemporâneo, Pré-História Antiga, Pré-História Recente, Proto-História e Indeterminado.

Contexto Geológico – Entende-se como contexto geológico o substrato geológico onde se localiza o sítio arqueológico encontrado.

----- Contexto Geológico -----	
1	Granitos
2	Xistos
3	Calcários
4	Aluviões
5	Coluviões
6	Areias

7	Terraço
8	Depósitos argilosos
9	Rochas vulcânicas
10	Dioritos
11	Arenitos
12	Terraço fluvial/cascalheira
13	Outro

Quadro 1 – Contexto geológico

Implantação Topográfica – Seleccionam-se os seguintes critérios para contextualizar topograficamente os sítios encontrados.

Implantação topográfica	
1	Arriba
2	Planície
3	Colina suave
4	Cerro – topo
5	Cerro – vertente
6	Espigão de meandro fluvial
7	Esporão
8	Escarpa
9	Plataforma / rechã
10	Planalto
11	Praia
12	Várzea
13	Leito de rio ou ribeiro

Quadro 2 – Implantação topográfica

Visibilidade (na paisagem) – Este critério corresponde ao nível de visibilidade do sítio arqueológico no território envolvente.

Visibilidade na paisagem	
1	Destaca-se bem na paisagem
2	Destaca-se medianamente na paisagem
3	Diluído na paisagem
4	Escondido

Quadro 3 – Visibilidade na paisagem

Controlo visual (sobre a paisagem) – Nível do controlo visual que o sítio arqueológico detém sobre a paisagem.

Controlo visual sobre a paisagem	
1	Controlo visual total
2	Controlo condicionado
3	Controlo restrito (do espaço limítrofe)

Quadro 4 – Controlo visual sobre a paisagem

Uso do solo – Utilização actual do solo em que se situa o sítio arqueológico (adaptado da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia).

Usado do solo	
1	Agrícola
2	Agrícola regadio
3	Baldio
4	Florestal
5	Industrial
6	Pastoreio
7	Turismo
8	Urbano
9	Pedreira
10	Areeiro
11	Pântano
12	Aterro
13	Caminho

Quadro 5 – Uso do solo

Coberto vegetal – Referência à vegetação (e outras) actualmente existente no local onde se localiza o sítio arqueológico.

Coberto Vegetal e outro	
1	Sem vegetação
2	Vegetação rasteira
3	Arbustos ou matos densos
4	Floresta/mata densa
5	Floresta/mata pouco densa
6	Montado

Quadro 6 – Coberto Vegetal e outro

Dispersão de materiais (em área) – Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos.

Dispersão de materiais (área)	
1	Extensa
2	Média
3	Pequena
4	Pontual

Quadro 7 – Dispersão de materiais

Tipo de dispersão (de materiais) – Caracterização qualitativa do tipo de dispersão dos materiais arqueológicos.

Tipo de dispersão	
1	Contínua
2	Dispersa
3	Concentrada
4	Progressiva

Quadro 8 – Tipo de dispersão

Acessibilidade – Referência ao tipo de acesso ao sítio arqueológico.

Acessibilidade	
1	Via Rápida
2	Estrada Nacional
3	Estrada Municipal
4	Estradão
5	Caminho de pé posto
6	Sem acesso

Quadro 9 – Acessibilidade

Trabalhos arqueológicos – Sempre que conhecidos, são registados trabalhos arqueológicos pré-existent em relação ao presente trabalho.

Trabalhos arqueológicos	
1	Conservação/Valorização
2	Escavação
3	Sondagem
4	Levantamento
5	Prospeção

Quadro 10 – Trabalhos arqueológicos

Materiais arqueológicos – São sumariamente descritos os materiais arqueológicos encontrados nos sítios arqueológicos localizados.

Descrição – Descrição das características principais de cada sítio.

Classificação patrimonial

Para estabelecer um Valor Patrimonial para os diversos sítios encontrados fixam-se dez descritores (cada um com valores ponderados). Para a obtenção de um Valor Patrimonial atribui-se Graus de Ponderação a cada um dos descritores, de modo que aquele represente uma média ponderada.

Descritores	Grau de Ponderação
Inserção paisagística	1
Grau de conservação	6
Monumentalidade	2
Representatividade	2
Raridade	4
Valor histórico	8
Valor etnográfico	4
Potencial científico	8
Potencial pedagógico	2
Fiabilidade da observação	4

Quadro 11 – Graus de ponderação dos descritores usados

Valores	
3	Elevado
2	Médio
1	Reduzido

0	Sem interesse
D	Indeterminado

Quadro 12 – Valores a atribuir aos descritores

Inserção paisagística – Relativo ao grau de descaracterização da paisagem envolvente/grau de descontextualização do sítio/elemento.

Grau de conservação – Relativo ao estado de conservação e à especificidade do sítio/elemento.

Monumentalidade – Relativo à imponência do sítio/elemento, tendo em conta as suas especificidades.

Representatividade – Relativa ao tipo de contexto e numa escala regional.

Raridade – Relativa ao tipo de contexto e numa escala regional.

Valor histórico – Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

Valor etnográfico – Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

Potencial científico – Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

Potencial pedagógico – Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do público em geral e escolar em particular.

Fiabilidade da avaliação – Relativo ao grau de observação do sítio/elemento e outras condicionantes de avaliação dos descritores.

Assim, são estabelecidas 6 Classes de Valor Patrimonial tendo em conta os resultados obtidos.

Classes do Valor Patrimonial	
1	< 2
2	2 a 4,1
3	4,2 a 6,2
4	6,3 a 8,2
5	8,3 a 10,3
6	> 10,4

Quadro 13 – Classes de valor patrimonial

Avaliação do Impacte e Minimização

Natureza do Impacte – Referência ao tipo de impacte sobre os sítios de valor patrimonial identificados.

Natureza do Impacte	
1	Acessos Rodoviários
2	Antenas
3	Aterro
4	Bases de Pilares
5	Desflorestação
6	Desmatação
7	Escavação
8	Estaleiros
9	Pedreiras
10	Poluente
11	Postes de Eletricidade
12	Submersão
13	Terraplanagem

14	Valas
15	Várias
16	Viadutos
17	Visual
18	Sem impacte
19	Indeterminada
20	Requalificação

Quadro 14 – Natureza do Impacte

Incidência – Caracterização do modo como o impacte incide sobre o sítio de valor patrimonial.

Incidência
Direta
Indireta
Indeterminada

Quadro 15 – Incidência

Interação – Caracterização da relação entre os vários impactes.

Interação
Secundárias
Sinergéticas
Cumulativas
Indeterminada

Quadro 16 – Interação

Desfasamento no tempo – Caracterização do prazo do impacte.

Desfasamento no tempo
Imediato
Curto Prazo
Médio Prazo
Longo Prazo
Indeterminada

Quadro 17 – Desfasamento no tempo

Duração – Caracterização da permanência do impacte sobre o sítio de valor patrimonial.

Duração
Permanente
Temporário
Indeterminada

Quadro 18 – Duração

Importância – Caracterização do efeito provocado pelo impacte.

Importância
Positiva
Negativa

Nula

Indeterminada

Quadro 19 – Importância

Reversibilidade – Caracterização da possibilidade de retornar às características originais do meio

Reversibilidade

Irreversível

Reversível

Indeterminada

Quadro 20 – Reversibilidade

Probabilidade – Caracterização do grau de previsão do impacte sobre o sítio

Probabilidade

Certa

Provável

Incerta

Indeterminada

Quadro 21 – Probabilidade

Dimensão espacial/cultural – Caracterização da extensão do impacte em termos do grau de afetação para a comunidade.

Dimensão espacial/ cultural

Pontual

Local

Regional

Nacional

Transfronteiriça

Indeterminada

Quadro 22 – Dimensão espacial

Grau do impacte – Intensidade do impacte no sítio de valor patrimonial.

Grau do Impacte

3 Elevada

2 Média

1 Reduzida

Quadro 23 – Grau do impacte

Área sujeita a impacte – Corresponde à determinação da área sujeita a impacte face à área total do sítio/elemento patrimonial.

Área sujeita a Impacte	
3	Total
2	Parcial
1	Periférico
0	Sem impacte
D	Indeterminado

Quadro 24 – Área sujeita a impacte

Para a avaliação do impacte é obtido um valor médio ponderado, tendo em conta não só o resultado obtido para o Valor Patrimonial, mas também o Valor de Impacte (obtido através de dois descritores ponderados – Área sujeita a impacte e Importância do impacte).

Descritores	Grau de Ponderação
Importância do impacte	6
Área sujeita a impacte	4

Quadro 25 – Graus de ponderação dos descritores usados

Por último, obtém-se o Valor de Impacte Patrimonial: é calculado um valor médio ponderado, tendo em conta não só o resultado obtido para o Valor Patrimonial, mas também o de Avaliação do Impacte.

Também estes resultados são divididos em três Classes de Medidas Minimizadoras, aqui apresentadas de forma sintética. As classes apresentadas têm em conta a amostra de sítios detectados na área em estudo.

Classes de Medida de Minimização	
Classe A	Transladação Limpeza Levantamento topográfico, gráfico, fotográfico e descrição exhaustiva Escavação em área
Classe B	Transladação Limpeza Levantamento gráfico e fotográfico exhaustivo Sondagens manuais ou mecânicas
Classe C	Transladação Limpeza Levantamento fotográfico exhaustivo Recolhas sistemáticas de superfície

Quadro 26 – Classes de Medidas de Minimização

De modo a uma contínua e melhor compreensão dos resultados da prospeção adoptou-se a metodologia da cobertura de solos:

- a. Zona A – zona de visibilidade elevada tanto para estruturas, como para artefactos. Corresponde maioritariamente a zonas de terreno com superfície desprovida de vegetação ou com vegetação herbácea muito rasteira e com muitas clareiras ou, ainda, a plantações de eucaliptos com solo limpo;
- b. Zona B – zona de visibilidade razoável para estruturas e deficiente para artefactos. Corresponde a zonas de terreno ocupadas com cobertura espontânea de vegetação herbácea com altura e densidade que impede a observação direta do solo em mais de 50% da sua extensão, mas não a observação de estruturas subaéreas;
- c. Zona C – zona de visibilidade deficiente para estruturas e muito deficiente para artefactos. Corresponde a zonas de terreno com densa cobertura herbácea ou de “manta morta” que impede a observação direta do solo em mais de 75% da sua extensão e dificulta a observação de estruturas subaéreas de dimensão inferior a 1,00 metros de altura;
- d. Zona D – zona de visibilidade muito deficiente tanto para estruturas como para artefactos. Corresponde a zonas de terreno com visibilidade direta do solo nula, devido a cobertura herbácea/arbustiva e/ou de “manta morta” muito densa, cobertura que, do mesmo modo, torna praticamente inviável a deteção de estruturas construídas de pequenas dimensões;
- e. Zona E – zona não prospectada devido a impossibilidade de acesso;
- f. Zona F – zona industrializada/urbanizada. Zona sem visibilidade do solo devido à existência de construção.

3. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, GEOLÓGICO E HISTÓRICO

3.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Administrativamente, o projeto pertence ao distrito de Faro, insere-se na NUT II Algarve e NUT III Algarve, concelho de Faro, na união das freguesias Sé e São Pedro de Faro.

A área de implantação do projeto, localizada no limite poente do perímetro urbano da cidade de Faro, é enquadrada a poente pela zona lagunar da ria Formosa, a nascente pela Linha de Caminho de Ferro do Algarve, a norte pelo Parque ribeirinho de Faro e a Sul por terrenos incultos sem uso específico atribuído. De referir ainda a sua proximidade ao Aeroporto de Faro e à Estação de Comboios de Faro.

A propriedade de implantação do projeto tem uma área de 6,6205 hectares, contemplando o projeto uma área de intervenção em terra (área industrial) de 3,4364ha, e intervenção na antiga salina de 3,1841 ha para a criação do plano de água artificial, sendo abrangida pela folha 611 da carta militar de Portugal.

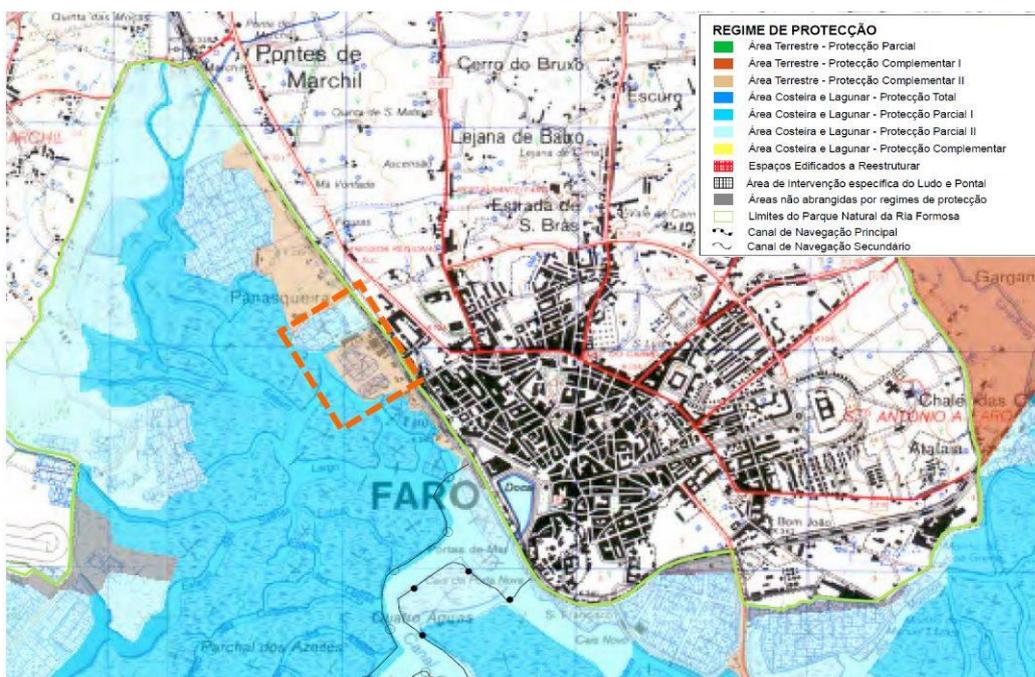


Figura 1 – Localização da área de incidência do projeto (polígono vermelho) em excerto da Carta Militar Portuguesa, 1:50 000, folha 611. Fonte: Memória Descritiva do Projeto.



Figura 2 – Localização da área de incidência do projecto (polígono vermelho) em ortofotomapa. Fonte: Memória Descritiva do Projeto.

3.2 ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO

O Estaleiro Naval da Quinta do Progresso está enquadrado a poente pela zona lagunar da Ria Formosa. Segundo o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas), “a Ria Formosa confronta a norte com aluviões antigos da campina de Faro e com formações plio-pleistocénicas (areias e arenitos), do Terciário (arenitos e calcários) e do Jurássico (calcários). Mais a norte enquadra-se a formação xistosa do Caldeirão. São estas mesmas formações que se encontram nas bacias de receção dos cursos de água que nela desaguam. A sul é limitada por um conjunto de ilhas-barreira do cordão arenoso litoral, que a separa do Oceano Atlântico, e que a partir de Quarteira, toma a direção NO-SE até ao cabo de Santa Maria. Para leste deste cabo, encurva-se, fletindo na direção de SO-NE até Cacela” (ICNF, 2019).

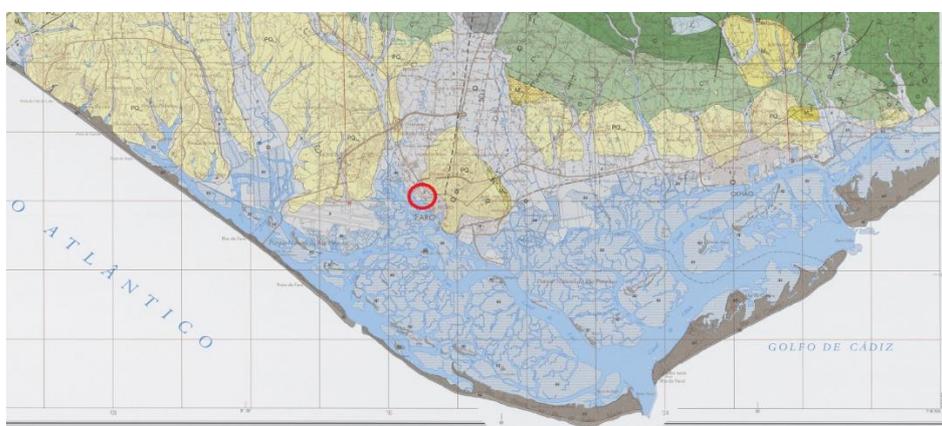


Figura 3 – Localização da área de incidência do projecto (polígono vermelho) em excerto da Carta Geológica de Portugal, 1:50 000, folhas 53-A.

3.3 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO – PESQUISA PRÉVIA

Os vestígios mais antigos da presença humana no Município de Faro remontam ao Paleolítico Inferior. Abel Viana refere na sua obra (1947) duas estações ao ar livre: Terraços de Garganta (Freguesia da Sé) e Terraços da Ferradeira (Freguesia da Conceição e Estoi). Salienta-se ainda outras duas estações paleolíticas, uma no Alto Rodes (Penalva, 1987) e outra no Alto de Santo António (Feio, 1951).

Relativamente a vestígios de ocupação humana referentes ao período da Pré-História recente no Município de Faro, destacamos a gruta do Algarão da Goldra (Strauss *et al.*, 1992), a Necrópole de Campina (Viana, 1947) e, segundo informação obtida através da base de dados do Portal do Arqueólogo, na rua de Santo António em Faro estaria situada uma Anta com ocupação Neolítica/Calcolítica.

A área onde atualmente se situa a cidade de Faro é caracterizada por ser uma posição estrategicamente bem situada numa ponta avançada da costa, protegida pelos bancos de areia da costa e pelo emaranhado sapal da ria (Gamito, 1997). Devido à privilegiada posição estratégica e pelo seu potencial de obtenção de recursos marítimos, por estas bandas chegaram sucessivos povos – Tartessos, Fenícios, Gregos, Celtas, Cartagineses, Romanos, Visigodos, Bizantinos, Árabes, entre outros. Muitos destes povos fixaram-se e viveram nesta região, desfrutando de toda a riqueza e abundância de recursos que a ria oferecia, passando por ciclos de evolução e crises. Entretanto, outros povos somente viam este território como uma oportunidade para pilhar e saquear os locais (Lameira, 1999).

A geografia algarvia permitiu o estabelecimento de uma rede de portos e da criação de atividades de vocação marítima desde os tempos mais remotos. As rotas comerciais no Algarve assumiram uma nova dimensão com o império romano, e posteriormente com o início dos Descobrimentos, já no século XV.

Entre os séculos XVI e XVII, a paisagem da costa Algarvia alterou-se devido à pirataria e à intensificação de incursões árabes devido a interesses económicos e possessões ultramarinas, levando ao empobrecimento da prática piscícola. No entanto, no século XIX, com a Revolução Industrial, a economia do Algarve passou a ser caracterizada pelas fábricas de cortiça e conservas. Entretanto, nos anos 70, século XX, deu-se a decadência da indústria conserveira, face ao desvio do percurso do atum.

Na Ria Formosa, mais propriamente no concelho de Faro e onde se situa o Estaleiro Naval da Quinta do Progresso, registou-se uma série de ocorrências patrimoniais submersas e moinhos de maré, muito graças às suas condições naturais e posição estratégica de fácil acesso ao mar. Reportam-se 42 ocorrências em meio submerso inventariadas, e 11 moinhos de maré.

Faro	
"Aimable H�el�ene" (1772) - Faro	29390
"Bisson" ou "Bissou" ¹ (1855) - Barreta de Faro	29373
"Christina" (1788) - Farroilha	29368
"Florian" (1779) - Faro	29389
"Isabela" ou "Isabella" (1672) - Faro	22786
"Nuestra Se�ora del Rosario" (1600) - Faro	22569
"Shamrock" (1811) - Cabo de Santa Maria	31056
"Soberana" (1855) - Barreta de Faro	29372
Brigue (1829) - Faro	29386
Nauf�ragio (1717) - Faro	29370
Nauf�ragio (1785) - Barra de Faro	31184
Nauf�ragio (1829) - Faro	29388
Navio mercante (1693) - Faro	29411
Polaca (1829) - Faro	29387

Faro	
"Polperro" (1832) - Quatro �guas, Faro	29365
Armona - �nforas	23512
Barrinha ou Barreta (Faro)	23849
Faro - Jarras espanholas	23587
Faro - �nfora	24321
Ilha de Armona - Punhal	26428
Pedra da Greta - Faro	27166
Quatro �guas	26420
Culatra 3	25838
Culatra I	22999
Aeronave B 24 Liberator - Faro	24203
Faro A ²	22724
Nauf�ragio navio Português (1568) - Faro	a)
Nauf�ragio navio Português (1571) - Cabo Santa Maria	a)
"Garza" (1643) - Faro	a)
"San Pedro" (1659) - Cabo de Santa Maria	a)
"S.F. Xavier" (1752) - Faro	a)
Nauf�ragio navio inglês (1801) - Faro	a)
"Palmira" (1854) - Entrada da Barra de Faro	b)
"red breast" (1857) - Barra de Santa Maria	b)
"Ocean" (1868) - Barra de Faro	b)
"Mary Ann" (1868) - Cabo de Santa Maria	b)
"James Stonard" (1870) - Cabo de Santa Maria	b)
"V�nus" (1874) - Barreta	b)
"Blanche" (1878) - Barra do Bispo	b)
"Gloria del Mare" (1886) - Cabo de Santa Maria/Alturas d'adila.	b)
"Herchadon" (1895) - Cabo Santa Maria	b)
"Lagos" (1894) - barra do Ancão	b)

Figura 4 - 27 ocorrências em patrim nio submerso registadas pela DGPC; as restantes foram registadas pelo Historiador Franc s Patrick Liz ; e pelo Arquivo central de Marinha - Mapa de Nauf ragios das capit nias do Sul. Fonte: Nemus, 2015.

Faro	
Moinho Novo ou de Neves Pires	23763
Moinho da Francisquinha Grelha	23765
Moinho da Palmeira	23768
Moinho da Torrinha ou de João Galvão	23762
Moinho de António Grelha	23766
Moinho de Francisco Grelha	23767
Moinho de José Grelha	23761
Moinho de Manuel Lázaro	23764
Moinho do Godinho	23760
Moinho dos Grelhas	23759
Moinho dos Penteados ou das Palmeiras	23758

Figura 5 – 11 Moinhos de Maré registados na Ria Formosa do concelho de Faro pela DGPC. Fonte: Nemus, 2015.

Nas proximidades da área de projeto não foi identificado qualquer património classificado. Contudo, através da cartografia consultada é possível identificar outras estruturas que terão existido nas proximidades da área em estudo.

Faro

- Esteiro do Ramalhete: - Barracas da armação do Ramalhete
 - Marinhas do Neto
 - Marinhas do Bentinho
 - Marinhas do Judeo
 - Marinhas da Pedregosa
- Ilha da Barreta: - Barracas da Armação do cabo
- Faro: -Moinho Pequeno
 - Moinho do Assentista
 - Moinho da Ponte Grande
 - Moinho Novo
 - Moinho de S Francisco

Figura 6 – Outros vestígios na Ria Formosa, Faro. Fonte: Nemus, 2015.

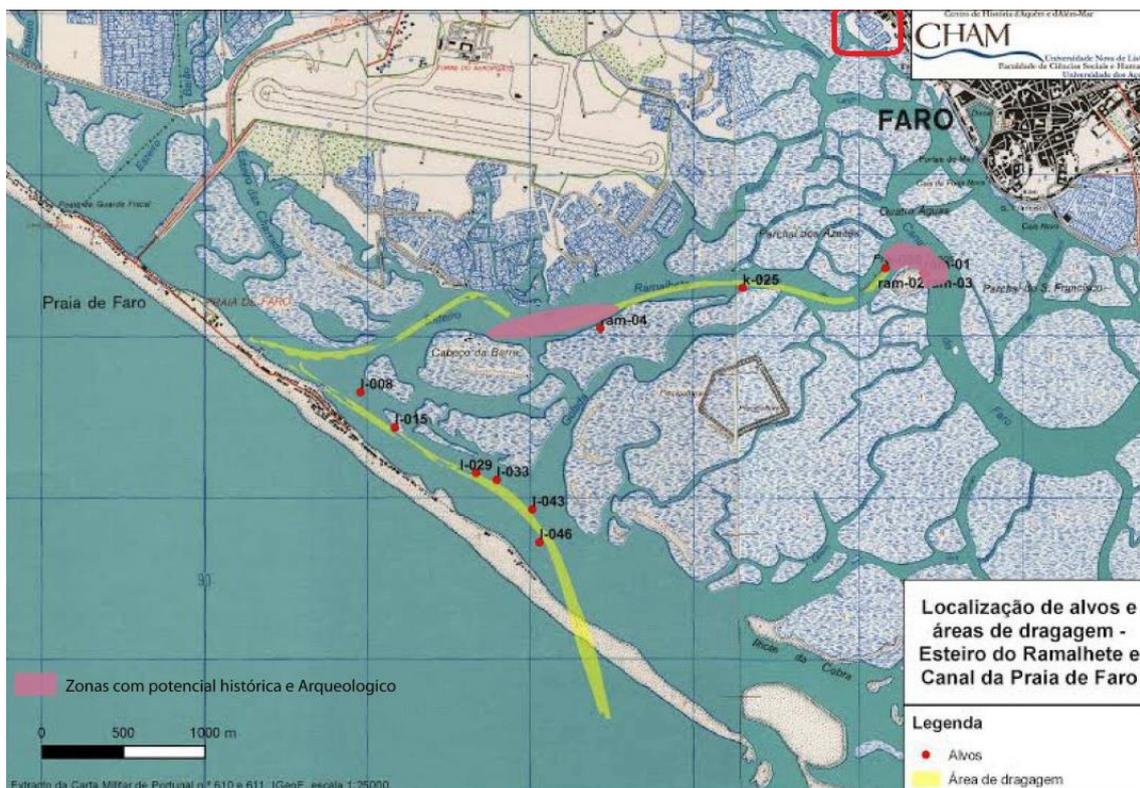


Figura 7 – Zonas com potencial histórico-arqueológico na área entre o Estreito do Ramalhete e Canal da Praia de Faro. Prospecções arqueológicas realizadas pelo CHAM. Fonte: Nemus, 2015.

Também no estaleiro naval da Quinta do progresso registaram-se 3 ocorrências patrimoniais, nomeadamente um moinho de maré, um poço e estruturas associadas, e uma casa senhorial, caracterizadas nos capítulos a seguir. Para além disso, esta área também está próxima da Zona Geral de Proteção: Conjunto da casa nobre, capela e antigas dependências agrícolas da Horta do Ourives.



Figura 8 – Localização do projeto e da Zona Geral de Proteção. Fonte: Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação.

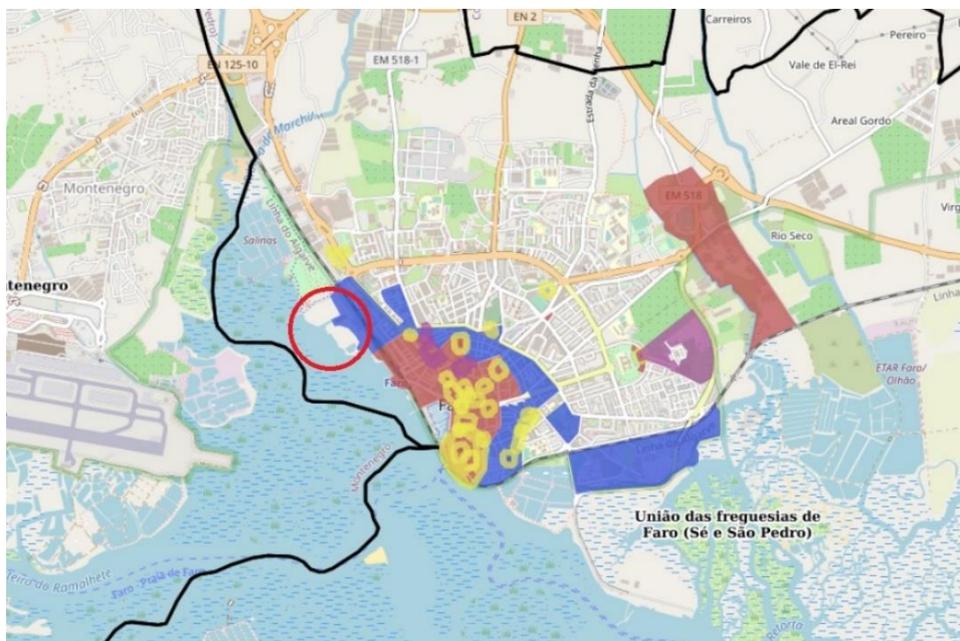


Figura 9 – Áreas de sensibilidade arqueológica. Fonte: PDM Faro.

4. TRABALHOS DE PROSPECÇÃO

O trabalho de campo foi executado em condições climáticas adequadas ao bom desenvolvimento dos trabalhos de prospeção, tendo como base de trabalho a utilização de cartografia militar e imagens de satélite com os limites da área de incidência e com a localização dos sítios identificados em fase prévia.

Os trabalhos referem-se à prospeção integral das áreas afectas ao projecto de ampliação e requalificação do estaleiro naval da Quinta do Progresso, em Faro.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INCIDÊNCIA DO PROJECTO

O Estaleiro Naval da Quinta do Progresso disponibiliza uma área de estacionamento a seco para apoio à náutica de recreio, com estadias de curta ou longa duração. O serviço inicia-se com as operações de alagem (içar o barco para terra) e transporte até ao seu ponto de estacionamento a seco, onde é devidamente acondicionada (amarrada e especada) para ser reparada para ser feito a manutenção; ou para ser posta em condições de hibernação (preparação para passar um período em terra, devidamente acondicionada com a manutenção feita).

Dentro da área de prospeção existem duas áreas de incidência do projeto (ver anexo 1):

- A01: Salina (única área a ter afetação no solo/subsolo);
- A02: Zona Industrial;

A área A01, onde irá ocorrer a escavação em fase de obra, trata-se de uma salina construída sobre terrenos não alagados, que fazem parte desta propriedade. Nos anos 70, a salina foi desativada, tendo passado por um período em que os terrenos em causa se constituíram como tapada de produção piscícola a qual foi desativada nos anos 80. Esta área está sem qualquer ligação hidráulica à Ria Formosa desde essa data, estando também atualmente desativada e em terreno seco, ficando apenas com manchas de água e lodo em períodos de chuva. A mesma já fora dragada e encontra-se escavada no geológico.

Na zona V04 da área A01, um dos taludes, identificou-se uma ocorrência patrimonial OP02, Quinta do Progresso 2, nomeadamente um canal em pedra pequena e argamassa que faz ligação com o poço e cisterna que existe na Quinta (Área A03 e OP03), tratando-se de um canal para transporte de água para práticas agrícolas. Uma vez que está apoiado num muro, parece também ter servido para divisão de terreno.

Na área A01 será feita uma nova infraestrutura de estacionamento a nado, um plano de água artificial, que se desenvolve numa parcela que confina com o domínio público marítimo, cuja delimitação já foi aferida e publicada, e, portanto, dentro do domínio privado. Trata-se de uma parcela drenada e sem comunicação com a Ria Formosa. Será a única área que irá ter escavação em fase de obra, em terreno seco e no geológico.

A área A02 trata-se do atual estacionamento a seco, nomeadamente em betão, essencialmente para manutenção náutica. Inclui 3 armazéns (construções fabris) e 2 edifícios de apoio construídos na primeira década do século XX para descasque e processamento de frutos secos, nos terrenos contíguos, mas ainda dentro da propriedade chamada Quinta do Progresso. Esses armazéns foram posteriormente reutilizados pelo atual Estaleiro Naval. Dois deles irão ser reaproveitados no projeto e outro irá ser demolido.

Na área A02 registámos a OP01 (Ocorrência Patrimonial) do Moinho do Sobradinho, um moinho de maré de água salgada, com 27,57 m², atualmente desativado e em muito mau estado de conservação, com escritura de data de 1827 (Anexo 3), não existindo conhecimento sobre o ano de construção. O presente projeto pretende reconstruir este moinho de maré, nomeadamente trabalhados de modernização no interior.

Entretanto, também a área A03 fora prospetada por questões de margem de segurança, ainda que a mesma não seja afetada pelo respetivo projeto (anexo 1). A área A03 é composta pela casa senhorial da Quinta do Progresso, completamente abandonada e em mau estado de conservação, um poço (que faz ligação com a OP02), um espaço em ruínas de apoio à quinta e o terreno envolvente com material de construção disperso correspondente ao período contemporâneo.

A totalidade do respetivo projeto circunscreve-se em domínio privado, não havendo qualquer afetação à Ria Formosa.



Figura 10 – Vista geral da salina desativada (Área A01).



Figura 11 – Vista geral da salina desativada (Área A01).



Figura 12 – Linha de armazéns contemporâneos (Área A02). Os mesmos irão ser reaproveitados.



Figura 13 – Linha de armazéns contemporâneos (Área A02). Os mesmos irão ser reaproveitados. Irá ser demolido em fase de obra.



Figura 14 – Casarios de construção recente de apoio ao estaleiro naval (Área A02).



Figura 15 – Casa Senhorial da Quinta do Progresso (Área A03).



Figura 16 – Vista geral do poço, cisterna e terreno que se encontra em frente à casa senhorial da Quinta do Progresso (A03).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VISIBILIDADE NA ÁREA DE INCIDÊNCIA DIRETA DO PROJETO

Quadro 27 – Caracterização das áreas prospectadas e visibilidade (ver anexo 1)

Áreas	Zonas	Tipo Visibilidade	Foto	Caracterização
A01	V01	Zona B	Fig. 19	Talude construído com terras resultantes de dragagens. Zona de visibilidade razoável para estruturas e deficiente para artefactos. Tipo de solo areno-argiloso (pré-geológico). Vegetação rasteira muito densa. Não se identificaram vestígios arqueológicos.
A01	V02	Zona A	Fig. 10, 11 e 20	Zona de boa visibilidade do terreno e do solo para deteção de estruturas e artefactos. Zona de salina desativada, sem vegetação e terreno seco. Apenas algumas manchas de água devido às chuvas. Tipo de solo argiloso. Zonas de saibro (pré-geológico), lodo e com concentração de conchas. Terreno com lixo numa pequena parcela. Não se identificaram vestígios arqueológicos.
A01	V03	Zona B	Fig. 21	Talude construído com terras resultantes de dragagens. Zona de visibilidade razoável para estruturas e deficiente para artefactos. Tipo de solo areno-argiloso (pré-geológico). Vegetação rasteira muito densa. Não se identificaram vestígios arqueológicos.
A01	V04	Zona D	Fig. 22	Zona de visibilidade direta do solo nula. Registo de uma Nova Ocorrência Patrimonial (OP02): Quinta do Progresso 1. Tipo de solo areno-argiloso. Vegetação densa e alta com algumas oliveiras.
A02	-	Zona F	Fig. 12 ,3 e 14	Zona de estacionamento a seco, industrializada. Zona em betão. Registo de uma ocorrência patrimonial (OP01), o Moinho do Sobradinho.
A03	-	Zona B	Fig. 15 e 16	Zona de visibilidade razoável para estruturas e deficiente para artefactos. Tem uma pequena parcela de área agrícola. Área antiga da Quinta do Progresso, que inclui a casa senhorial, o poço, uma cisterna, uma casa de apoio aos terrenos e terreno baldio (OP03) Embora esta área tenha sido prospectada, não está dentro do projeto,

No que respeita à progressão no terreno e às condições de visibilidade do solo, a área A02 é uma área totalmente industrializada, tratando-se da área atual de estacionamento a seco em que o solo está coberto por betão.

Relativamente à área A01, a antiga salina, a mesma fora dividida em 4 zonas com visibilidades diferentes (Quadro 27 e anexo 1). As zonas V01 e V03 tratam-se de taludes construídos com terras resultantes das dragagens, com vegetação rasteira densa, tendo uma visibilidade razoável para estruturas mas deficiente para artefactos.

A zona V02 da área A01, apresenta uma boa visibilidade do terreno e do solo. Trata-se da área da antiga salina, atualmente dragada, sem vegetação e terreno seco, apenas algumas manchas de água devido às chuvas. Apresenta um solo argiloso, escavado no geológico (saibro), com lodo e concentração de conchas, e zonas com lixo.

A zona V04 da área A01 apresenta uma visibilidade nula do solo (areno-argiloso) devido à intensa vegetação e ao alinhamento de Oliveiras.

Relativamente à área A03 (não afeta ao projeto), apresenta também uma visibilidade razoável para estruturas, mas deficiente para artefactos devido à vegetação rasteira.





- Legenda:
- - Visibilidade Boa
 - - Visibilidade Reduzida
 - - Visibilidade Nula

Figura 18 – Mapa de visibilidade do solo, ao momento dos trabalhos de prospecção arqueológica.



Figura 19 – Vista geral da zona V1 da Salina (talude).



Figura 20 – Vista geral da zona V2 da salina.



Figura 21 – Vista geral da zona V3 da Salina (talude).



Figura 22 – Vista geral da zona V4 da Salina (talude).

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SÍTIOS E OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E/OU PATRIMONIAIS

Descrevem-se aqui as ocorrências patrimoniais abrangidas pela área de incidência do projecto e relações de proximidade com pontos de referência na paisagem. A descrição detalhada das diferentes realidades identificadas apresenta-se em anexo (ver anexos 1 e 2, Registo Gráfico e Fichas de sítio).



Figura 23 – Localização das ocorrências patrimoniais registadas.

4.3.1 Moinho do Sobradinho (OP01)

4.3.1.1 Observações de campo

O Moinho do Sobradinho encontra-se na área A02, nomeadamente na atual zona industrial e está em muito mau estado de conservação. Trata-se de um moinho de maré de água salgada, com 27,57 m², e data de escritura de 1827 (Anexo 3).

A linha do moinho, à partida, será a original, no entanto, o muro do lado Norte, Este e Sul trata-se de uma construção recente em pedra, cimento e ferro. No lado sul, observa-se uma viga em betão e ferro. A única parede original é a parede Oeste; porém, para preservar a sua estabilidade, fora revestida a cimento e ferro.

No interior do moinho, é visível várias vigas de betão e ferro.

As paredes Norte, Este e Sul têm dimensões variáveis entre 80 e 30 centímetros, com c. 50 cm de largura.



Figura 24 – Vista geral/visibilidade do solo do Moinho do Sobradinho.



Figura 25 – Exemplo de um dos muros do Moinho do Sobradinho, reconstruído com pedra, cimento e ferro.



Figura 26 – Parede Oeste (parede original) do Moinho do Sobradinho com revestimento em cimento e ferro.

4.3.1.2 Medidas de Minimização Propostas

Face à avaliação patrimonial realizada e aos impactes estimados sobre os contextos arqueológicos observados, propõe-se que o sítio seja integrado no projeto, acautelando desta forma a sua

preservação. Deste modo, com o intuito de prevenir qualquer tipo de impacto negativo sobre eventuais estruturas, deverá ser realizado um relatório prévio por uma equipa de Conservação e Restauro, uma vez que também existe intenção por parte do dono de obra em integrar este moinho no projeto. Propõem-se também o levantamento fotogramétrico e respetiva memória descritiva, e a respetiva vedação e sinalização.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Valor patrimonial:	Classe 3
Grau do Impacte	Elevado
Classe de Medida de Minimização	Classe C – Relatório Prévio de Conservação e Restauro, e Levantamento Patrimonial, e vedação e sinalização

4.3.1 Quinta do Progresso 1 (OP02)

4.3.1.1 Observações de campo

Trata-se de uma estrutura moderno-contemporânea em pedra pequena com argamassa e rebocado a cimento e areia que terá servido para transporte de água para as plantações. O mesmo faz ligação com o poço e cisterna existente na OP 3. Atualmente está coberta por vegetação.

Tem uma largura de 45 centímetros, 10 cm de largura na secção mais baixa e 55 cm de altura na secção mais alta.



Figura 27 – Vista pormenor da Quinta do Progresso 1.



Figura 28 – Vista geral/visibilidade do solo da Quinta do Progresso 1.



Figura 29 – Vista geral/visibilidade do solo da Quinta do Progresso 1.

4.3.1.2 Medidas de Minimização Propostas

Face à avaliação patrimonial realizada e aos impactes estimados sobre os contextos arqueológicos observados, propõe-se que o sítio seja integrado no projeto, acautelando desta forma a sua preservação. Deste modo, com o intuito de prevenir qualquer tipo de impacto negativo sobre eventuais estruturas, nesta área deverá ser realizado o acompanhamento arqueológico da escavação para a construção do estacionamento a nado (com água artificial). Propõe-se também o levantamento fotogramétrico e respetiva memória descritiva após desmatização da área com Acompanhamento Arqueológico. É também necessário realizar a vedação e sinalização desta ocorrência.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Valor patrimonial:	Classe 3
Grau do Impacte	Elevado
Classe de Medida de Minimização	Classe C – Levantamento Patrimonial, Acompanhamento Arqueológico, e Vedação e Sinalização

4.3.1 Quinta do Progresso 2 (OP03)

4.3.1.1 Observações de campo

Esta área é composta por um espaço de habitação (casa senhorial), atualmente abandonada e em mau estado de conservação; um poço; uma cisterna; um espaço em ruínas de apoio à quinta; e o terreno baldio envolvente com material de construção contemporâneo disperso. Trata-se de uma Ocorrência correspondente ao período moderno-contemporâneo.



Figura 30 – Vista da casa senhorial da Quinta do Progresso 2.



Figura 31 – Vista do terreno da Quinta do Progresso 2.

4.3.1.2 Medidas de Minimização Propostas

Face à avaliação patrimonial realizada e aos impactes estimados sobre os contextos arqueológicos observados, propõe-se que o sítio seja integrado no projeto, acautelando desta forma a sua preservação. Também se propõe o levantamento geral com drone de toda a área que abrange esta ocorrência patrimonial.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Valor patrimonial:	Classe 3
Grau do Impacte	Reduzido
Classe de Medida de Minimização	Classe C – Levantamento Patrimonial

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos arqueológicos efetuados consistiram em três fases: compilação e inventariação de dados existentes para a área em estudo, a realização de uma prospeção orientada e a elaboração deste documento.

Durante os trabalhos foram registadas 3 ocorrências, que designamos sequencialmente como Moinho do Sobradinho (OP01), Quinta do Progresso 1 (OP02) e Quinta do Progresso 2 (OP03).

As ocorrências OP01 e OP02 confrontam com o novo projeto de requalificação e ampliação do estaleiro naval. Dessa forma, propõem-se que os mesmos sejam integrados no projeto, acautelando desta forma a sua preservação. Propõem-se também a vedação e sinalização destas ocorrências.

Sobre a Ocorrência Patrimonial 01, o Moinho do Sobradinho, deverá ser realizado um relatório prévio por um Conservador-Restaurador, o levantamento fotogramétrico e a respetiva memória descritiva.

Para a Ocorrência Patrimonial 02, Quinta do Progresso 2, propõem-se também o seu levantamento fotogramétrico e respetiva memória descritiva, após desmatização da área com Acompanhamento Arqueológico.

Para além disso, propõem-se também a prospeção da zona V04, da Área A01, após desmatização da mesma, e o seu Acompanhamento Arqueológico em fase de obra.

Por último, resta-nos referir que todos os sítios foram assinalados e delimitados em cartografia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 BIBLIOGRAFIA

- BARKER, P. (1989), *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977], London, Batsford Book.
- BERNARDES, J.P. (2012) "A cidade de Ossónoba e o seu Território". Anais do Município de Faro, vol. XXXVII, pp. 11-26;
- CARANDINI, A. (1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.
- FEIO, Mariano (1951) – "A evolução do baixo-relevo do Baixo Alentejo e Algarve". Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 32;
- GAMITO, T. J., (1983) "Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve des-de a Pré-História até à Época Romana e o seu condicionalismo geográfico". Anais do Município de Faro, vol. XIII, pp. 331-358;
- GAMITO, T. J., (1997), "A cidade de Ossonoba e o seu território envolvente", Noventa Séculos entre a Serra e o Mar, Lisboa, IPPAR, p.343-359;
- HARRIS, E. C (1991), *Principios de Estratigrafia Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Critica.
- LAMEIRA, F., (1999) – "Faro, a arte na história da cidade". Câmara Municipal de Faro – Gabinete de Gestão e Reabilitação do Património, Faro;
- NEMUS (2015), *Prospecção Geofísica e Sistemática nas áreas de afetação direta e indireta das Intervenções do Plano de Valorização de Hidrodinâmica da Ria Formosa: Intervenção 1- Tavira, Intervenção 2.1- Faro/Olhão e Intervenção 2.2- Esteiro do Ramallete e Barra do Ancão*, Relatório Final.
- PENALVA, Carlos (1987) – "Les industries Acheuléennes du Portugal". L'An-thropologie. Paris. 91, p. 45-68.
- STRAUS, L.G. et al. (1992): "Early farming in the Algarve (Southern Portugal): a preliminary view from two cave excavations near Faro". Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. XXXII, pp. 141-161;
- VIANA, Abel (1947) – "Paleolítico dos Arredores de Beja e do Litoral Algarvio – Zona de Sotavento". Brotéria, Lisboa, vol. 45, pp. 51-52;

6.2 CARTOGRAFIA

- Carta Geológica de Portugal, folha 53-A, Escala 1:50 000, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos.
- Carta Militar de Portugal, folha 611, Escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército.

6.3 WEBGRAFIA

- Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação: <http://geo.patrimoniocultural.pt/>
- INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (2019), Parque Natural da Ria formosa: 9bqJDUms6PR73lpR.pdf (natural.pt)
- PDM FARO: [Mapas de Faro \(cm-faro.pt\)](http://Mapas.de.Faro.cm-faro.pt)
- Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

7. FICHA TÉCNICA

Direcção da Área de Projecto

Miguel Lago da Silva

Gestão do projecto

Eliana Correia

Responsável Executivo

Eliana Correia

Francisco Correia

Responsável Executivo, vertente subaquática

Teresa Freitas

Equipa Técnica

Eliana Correia

Francisco Correia

Responsável Desenho

João Hipólito

ANEXO 1 – REGISTO GRÁFICO

ANEXO 2 – FICHAS DE SÍTIO

ANEXO 3 – OUTROS
